

“É só uma brincadeira!”: Estudantes negras e assédio nas universidades

RESUMO:

O presente artigo se trata de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso em andamento e tem por objetivo fazer um diálogo sobre a incidência do assédio nas trajetórias de estudantes negras de universidades públicas. Para tecer esse diálogo, contamos com alguns aportes teóricos que contemplam essa temática. Além disso, este trabalho pretende fazer uma reflexão sobre um caso recentemente noticiado de assédio realizado por um professor da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) junto a oito estudantes negras universitárias. Compreendemos que o assédio interfere de maneira objetiva na integridade das mulheres, incidindo em sua autonomia, liberdade, dignidade e autoestima. A justificativa desta investigação baseia-se nos seguintes argumentos: a escassez de pesquisas qualitativas que dialoguem sobre assédios nas trajetórias de estudantes negras universitárias, bem como o fato de as mulheres negras serem mais propensas a sofrerem casos de violências de raça e gênero, visto que pairam sobre elas o racismo e o sexismo de nossa sociedade.

Palavras-chave: Assédio. Estudantes negras. Ensino Superior. Racismo. Sexismo.

“It's just a joke!”: Black female students and harassment at universities

ABSTRACT:

This article is an ongoing research and aims to make a dialogue about the incidence of harassment in the trajectories of black female students from public universities. To make this dialogue, we bring some theoretical contributions that contemplate this theme. In addition, this work intends to reflect on the recently reported case of harassment carried out by a professor at the State University of the State of Santa Catarina (UDESC) with eight black female university students. We understand that harassment interferes objectively in the integrity of women, affecting their autonomy, freedom, dignity and self-esteem. The reason for this investigation is based on the following arguments: the lack of qualitative research that discusses harassment in the trajectories of black female university students, as well as the fact that black women are much more prone to suffer cases of racial and gender violence, since racism and sexism hover in our society.

Keywords: Harassment. Black female students. College Education. Racism. Sexism.

Lidiane Cesário Barreto¹

Maria Simone Euclides²

Heloisa Raimunda

Herneck³

¹ E-mail: Lidiane.barreto@ufv.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Extensão Rural e Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: maria.euclides@ufv.br.

³ Pós-doutorado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutorado e Mestrado em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSC). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: hherneck@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, desenvolvida como trabalho de conclusão de curso no âmbito do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A referida investigação é intitulada “Estar e permanecer em uma universidade: a influência dos assédios na permanência de estudantes negras” e tem por objetivo analisar como o assédio incide na travessia de estudantes universitárias negras na UFV. Busca também compreender o que essas estudantes relatam sobre as violências de gênero e raça vivenciadas no ambiente universitário e em quais instâncias a universidade faz o enfrentamento necessário a essas questões (Divisão Psicossocial, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Pró-Reitoria de Ensino).

Neste artigo será apresentada a revisão bibliográfica sobre a temática. Por assédio entendemos todas as formas de relações de poder e violência de gênero e raça exercidas sobre mulheres negras. Para Barretto (2015 apud ROSA; BASSAN; PITANGA, 2019, p. 4), “esses relacionamentos são como aqueles em que há excesso de poder e de controle, culminando no sentimento de posse, na objetificação do outro”, ou seja, a pessoa se torna tão dependente do outro que não consegue perceber que está vivenciando esse tipo de relação, ou, quando percebe, sente-se vulnerável, sem apoio, e não consegue tomar providências para sanar esse tipo de relação. Os primeiros sinais podem aparecer em alguns comportamentos sutis e podem até demorar um tempo para se agravarem.

Tecer diálogos sobre o assédio não é uma tarefa fácil, sendo esse um tabu para a sociedade. Discorrer sobre a permanência das mulheres negras, sobretudo no ensino superior, é demarcar também a incidência de relações abusivas em suas trajetórias educacionais e profissionais. A maioria das mulheres, por estarem subordinadas aos seus parceiros, ao trabalho ou a problemas familiares, chegam a parar de estudar, abrindo mão, assim, dos seus sonhos de conhecimento. Cabe destacar que as mulheres negras são mais propícias a sofrerem esses tipos de relações existentes em uma sociedade na qual as desigualdades sociais, o racismo e o patriarcado ainda estão presentes. Paiva e Campos (2018, p. 3) apontam que “as mulheres negras, duplamente atingidas pelas desigualdades de raça e gênero buscam resistir às diversas violências oriundas de sua condição subalternizada na sociedade”.

Para Saffioti (2004), mesmo com o passar dos anos, apesar de a sociedade demonstrar-se mais desenvolvida, a figura da mulher ainda é vista como inferior ao homem, perpetuando as heranças do patriarcado. Por mais que as mulheres busquem uma sociedade mais igualitária, o domínio que o homem impõe sobre a mulher se sobressai, fazendo com que as mulheres se sintam vulneráveis a eles, tornando-as desprovidas de autonomia e liberdade. Um exemplo dessa atuação do patriarcado é no mercado de trabalho, no qual mesmo que a mulher exerça a mesma atividade, a sua renumeração chega a ser menor e mais desvalorizada em relação à figura masculina.

Considerando os corpos de mulheres, a autora estadunidense bell hooks (2014) destaca que o olhar voltado para as mulheres brancas se difere da imagem da mulher negra na sociedade. Em suas palavras: “a transformação da mudança da imagem da mulher branca como pecadora e sexual para essa mulher branca senhora virtuosa ocorreu ao mesmo tempo que a exploração sexual em massa das mulheres negras escravizadas” (HOOKS, 2014, p. 25). No entanto, além de serem mulheres em uma sociedade patriarcal, as mulheres negras se deparam com as lutas contra o racismo e o sexismo. Mesmo diante dessas adversidades, as mulheres negras se tornaram símbolos de resistência e começaram a conquistar espaços e direitos como educação, saúde e trabalho.

LUTA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS FRENTE AOS CENÁRIOS DE VIOLÊNCIA

Mesmo após a abolição da escravatura com a Lei Áurea, em 1888, no Brasil, a trajetória de resistência da mulher negra em prol dos seus direitos vem se perpetuando ao longo dos séculos, por meio das lutas contra as opressões, o racismo e o sexismo, difundidos historicamente e culturalmente na sociedade. A constante luta pela valorização do seu espaço como sujeito de direitos em todas as dimensões (social, econômica e cultural) comprova o lugar de protagonismo na construção de uma identidade e representatividade perante a sociedade.

A Constituição Federal de 1988, documento jurídico mais importante do país, prevê em seu artigo 5º a inviolabilidade do direito à liberdade e à igualdade, conquanto tal prerrogativa não tem se reverberado com ênfase na prática, quando se observa na atual conjuntura a existência de relacionamentos abusivos contra estudantes negras nas

universidades. Em busca de uma valorização por espaço, por uma representatividade, foram surgindo movimentos em prol da valorização da figura da mulher na sociedade. Os movimentos feministas foram ganhando espaços e conquistando direitos dos quais as mulheres eram privadas, como, por exemplo, o emprego, a saúde, a liberdade de ir e vir, o voto, a educação, entre outros. França e Euclides (2020, p. 183) afirmam que:

Com o movimento feminista, a mulher vem conquistando o seu espaço numa sociedade tão patriarcal e desigual. No entanto, algumas questões culturais e estruturais do patriarcado prevalecem, como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho e as expectativas de papéis fixos, tanto para o feminino, quanto para o masculino, comportamentos, modos de ser, maneiras de portar e de relacionar socialmente. (FRANÇA; EUCLIDES, 2020, p. 183)

Torna-se evidente que a luta das mulheres por conquistas é constante, pois mesmo com os avanços e conquistas de alguns direitos, a visão de uma sociedade patriarcal ainda predomina por parte dos pais, do companheiro, do patrão, ou até mesmo da sociedade ao redor, que exclui as mulheres dos seus direitos sociais e as desvaloriza nas atividades exercidas por elas. Em 2006, no Brasil, foi decretada uma lei que visa garantir a proteção da mulher contra os tipos de violência, seja física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, a Lei n. 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha.

Segundo Trindade,

A Lei 11.340/06, traz em seu bojo garantias à repressão da violência doméstica e familiar contra o gênero em questão. Isto é observável diante da evolução histórica e social, que gradativamente expõem a mulher ao não subordinar-se, ao não aceitar o tratamento desigual e assim garantir o devido respeito e a necessária imposição de suas características individuais e pessoais na sociedade moderna. (TRINDADE, 2016, p. 2)

Santos (2014) retrata que

a Maria da Penha como uma lei que considera a complexidade da violência contra a mulher, bem como a subjetividade feminina. A relação da mulher consigo mesma é mediatizada por crenças e por tradições que a subjugam e a colocam em um permanente estado de culpa. Tais expressões subjetivas poderiam favorecer a crença de que há algo de errado consigo mesma e possibilitar condições de fragilidade emocionais propícias para o acontecimento da violência íntima e afetiva. (SANTOS, 2014, p. 22)

Em consequência disso, ainda no cenário atual a imagem da mulher está associada à da dona de casa, sendo sua função cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e do

marido, pois, para a figura masculina esses afazeres caracterizam uma diminuição de masculinidade. Na sociedade patriarcal

homens e mulheres possuem papéis sociais distintos, em que a função social da mulher é fortemente caracterizada pela submissão e pela subalternidade, enquanto os homens são moldados para serem provedores, fortes e destemidos. Nesta direção, é válido afirmar que nesta relação social entre a classe dos homens e a classe das mulheres evidenciam-se expressões do patriarcado, as quais “não se limitam ao espaço doméstico, mas estendem-se a todas as relações de poder”. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 105 apud SOUSA; SOARES, 2019, p. 2)

Com isso, as mulheres acabam deixando seus sonhos e suas vontades de lado, como arrumar um emprego, continuar os estudos etc. Ademais, em se tratando das mulheres negras, elas sofrem violações de diversas ordens: além dessa imagem relativa à mulher dona de casa, à esposa e à mãe, elas se deparam com as desigualdades historicamente construídas. Por intermédio de distintas padronizações hierárquicas desenvolvidas através das interações de raça e gênero, seus corpos são violados, sua cultura é negada e reprimida, e elas são controladas pelos níveis de classes sociais, que repercutem em exclusões profundas, justificadas pela perpetuação do racismo e do machismo na atual conjuntura sociocultural. Assim,

em tensões sociais marcadas pelo sexo e pela raça, a cultura brasileira foi sendo tecida, naturalizando relações de desigualdades que foram estruturando a formação da sociedade de classes, favorecendo explorações econômicas e sexuais. Referimo-nos às relações sociais de raça e às relações patriarcais de sexo (incluindo a sexualidade). Portanto, se foi sob essas bases que as classes sociais no Brasil foram consolidadas, nos é inevitável considerá-las para a compreensão da questão social na particularidade sócio-histórica e econômica do país. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 108 apud SOUSA; SOARES, 2019, p. 6)

Para além das dimensões de gênero, patriarcado e violência, situar o racismo e as intercessões que transversalizam os corpos de mulheres negras é situar também as outras maneiras de abuso, preconceitos, violências e discriminações. De acordo com França e Euclides (2020), baseando-se em Rosemberg (2001),

a inclusão de mulheres na educação tem sido um grande desafio ocasionado pelas desigualdades estruturais de gênero fortemente enraizadas na nossa sociedade, onde há lugares “bem definidos”, para mulheres, influenciando no como agir, o que deveriam fazer ou onde deveriam estar (FRANÇA; EUCLIDES, p. 184).

De acordo com bell hooks (2014), as mulheres negras eram vistas como objetos sexuais, causadoras do pecado original, como objetos de procriação de “novos escravos”, eram obrigadas a trabalhar brutalmente igual aos homens escravos, além de terem que dar conta dos afazeres domésticos, cuidar dos filhos e do marido. Com os passar dos tempos, as mulheres brancas – que também eram vistas como símbolo da sexualidade, sendo obrigadas a ter relação com homens negros – passaram a ser vistas como deusas, puras, cheias de virtudes, enquanto as mulheres negras eram violentadas diariamente.

ASSÉDIO EM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO CONTRA ESTUDANTES NEGRAS

Para Santos (2019b), os ambientes universitários tentam transmitir uma imagem de segurança e proteção a todos e todas que frequentam esses ambientes. Entretanto, esse mesmo autor considera que:

os campi universitários não são lugares totalmente seguros, e/ou livres de violências, que teoricamente deveria imperar segurança para todos que o frequentam, especialmente aos seus/suas discentes. Nesses ambientes contém casos de violências físicas, sexual, psicológica, racial, de gênero, de orientação sexual, entre outras, que ocorrem interligadas e/ou relacionadas. (SANTOS, 2019a, p. 17)

Recentemente, foi noticiado o assédio de um professor negro da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) envolvendo oito estudantes negras. O caso repercutiu por 3 anos e 4 meses e o assediador foi enquadrado na Lei n. 14.132, que prevê em seu Art. 147 o crime de perseguição, ameaça à integridade física ou psicológica, que restringe a capacidade de locomoção, ou qualquer forma, invadir ou perturbar a liberdade e privacidade de alguém. A pena sentenciada ao abusador foi de 2 meses de prisão em pena máxima, 5 dias sem poder recorrer da sentença, multa de 3 salários mínimos por vítima, prestação de serviços comunitários em instituição “que se volte a programas de assistência por meio de tratamento psicológicos e psiquiátricos, a fim de que se coloque o apenado em contato com um provocar de consciência sobre si e sobre aspectos do outro” (GUIMARÃES; RABELO, 2021). Além da instância criminal, o professor respondeu por processo civil por improbidade administrativa e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) para apurar as violações dos deveres enquanto funcionário público.

Convém mencionar que, no caso supracitado, houve outras vítimas listadas na sindicância, mas nem todas fizeram boletim de ocorrência. A princípio, ocorreu a acusação de estupro e de assédio sexual. As duas acusações foram contestadas no decorrer do inquérito policial pelo delegado da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (Dpcami), Paulo De Deus, que acatou o argumento da defesa. Segundo a revista Portal Catarinas (GUIMARÃES; RABELO, 2021), o delegado ressaltou que a relação professor/aluna não configurava superioridade hierárquica para o enquadramento no crime de assédio sexual. O inquérito que investigava o crime de estupro concluiu pelo não indiciamento do acusado depois de quatro meses de investigação e foi arquivado pelo Ministério Público (MP) em menos de duas semanas, por considerar que houve consentimento. Logo após a decisão final, o Portal Catarinas conversou com uma das vítimas. Ela disse estar aliviada com a condenação do professor:

“Com essa decisão pelo menos conseguimos mostrar que ele é culpado porque muita gente duvidou da gente, que a gente estava inventando, que era perseguição de feministas brancas, então pelo menos conseguimos provar que aconteceu tudo isso com a gente. Estou aliviada, mas não feliz com a pena de 16 meses”, afirma a vítima que é uma mulher preta e não quis se identificar. (GUIMARÃES; RABELO, 2021)

Segundo a juíza do caso, na sentença obtida pelo portal da revista Catarinas, “a conduta é ainda mais reprovável por ter sido praticada dentro da universidade por um professor contra as suas alunas. Viver em tranquilidade, sem medo de toques, palavras, ou gestos impróprios, é um direito fundamental inerente a qualquer ser humano” (GUIMARÃES; RABELO, 2021). A juíza também citou os movimentos feministas, que, mesmo em torno de uma longa trajetória de lutas, ainda são meramente desvalorizados.

Após esse relato, torna-se ainda mais evidente o quão necessárias são as pesquisas sobre as trajetórias de estudantes negras nos ambientes de Ensino Superior, visto que elas são tão vulneráveis quanto as mulheres no geral. Em consonância com esse argumento, Santos (2019b) destaca a escassez de trabalhos acadêmico-científicos voltados para as violências contra estudantes nos campi universitários brasileiros, principalmente quando se trata de estudantes do sexo feminino. Para esse autor, o assunto ainda é considerado um tabu e não há um campo consolidado sobre o tema, mesmo que haja denúncias concretas de violências denunciadas por várias vítimas de diferentes estados brasileiros.

Podemos inferir que a denúncia dos assédios sofridos por mulheres negras ganha mais força a partir da maior presença delas no ambiente acadêmico, bem como mediante suas reivindicações por representatividade nesses espaços, seja por meio de cobranças aos professores por maior representatividade nos currículos, seja por organizações sociais ou mesmo pelo próprio empoderamento, que ficou mais evidenciado nos campi a partir da implementação das ações afirmativas no Ensino Superior brasileiro, por meio da Lei de Cotas Raciais, que fez crescer o acesso às universidades públicas⁴.

A pesquisa feita pelo Instituto Avon (2015), em parceria com o Data Popular, sobre violência contra a mulher no ambiente universitário, com 1.823 estudantes universitários de cursos de graduação e pós-graduação, dentre os quais 60% eram mulheres e 40% eram homens, também demonstra o crescimento do número de mulheres nos espaços acadêmicos. Em relação aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, essa pesquisa constatou várias agressões contra as discentes no ambiente acadêmico, sendo que:

das entrevistadas, 67% já sofreram algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário. Além disso, 42% delas contaram que já tiveram medo de serem vítimas de algum tipo de violência de gênero no ambiente universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade por razão desse medo. Isso porque têm em mente que tanto colegas, quanto professores e parceiros do cotidiano podem ser protagonistas de violências que vão da desqualificação intelectual ao assédio moral e sexual, chegando até ao estupro. (INSTITUTO AVON, 2015)

Para Santos (2019a), alguns professores universitários também se enquadram nesse quesito de abusador. Segundo ele, os professores abusadores usufruem do conceito da “pedagogia da opressão” sexual, que tem como objetivo usar a hierarquia como forma de poder e autoridade frente aos seus alunos, além de ensinar aos alunos do sexo

⁴ Esse crescimento no acesso das mulheres negras na Universidade Federal de Viçosa pode ser verificado em pesquisa científica realizada por Priscila Danielle Ladeira em 2019. A pesquisadora fez um exaustivo levantamento, referente ao período compreendido entre os anos de 2016 a 2018, sobre o número de estudantes da Universidade Federal de Viçosa, separando-os por categorias étnico-raciais, de acordo com as denominações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015 – branca, preta, parda, amarela e indígena. Ela concluiu que “da população total de estudantes de graduação no ano de 2018, 5.342 eram do sexo masculino e 5.297, do sexo feminino” (LADEIRA, 2019, p. 29). Dentre as mulheres, Ladeira (2019) verificou que a população de estudantes mulheres negras nessa instituição representa 46,36%, somando pretas e pardas. Essa pesquisa mostra uma quase equidade entre número de estudantes mulheres negras e brancas na referida universidade.

masculino como tratar uma mulher, ressaltando os valores da cultura patriarcal. Nesse tipo de sala aula as alunas do sexo feminino são mais afetadas. Assim,

a “pedagogia da opressão” sexual, em plena sala de aula de uma universidade pública, tem efeitos diretos, indiretos e/ou colaterais profundamente maléficos para as/os estudantes. Evidentemente que a perversidade maior desses efeitos recai sobre a vida acadêmica e pessoal das estudantes do sexo feminino, que são discriminadas, oprimidas e violentadas como este tipo de “aula” e de “educador”. (SANTOS, 2019a, p. 141)

Sendo assim, ao ingressarem no Ensino Superior – que deveria visar a proteção de seus discentes –, as estudantes negras, além de lidarem com a sociedade patriarcal, racista e sexista, estão sujeitas também aos assédios praticados pelos docentes homens.

Ainda de acordo com Santos (2019b), a Universidade Federal de Viçosa não está livre desses tipos de violências citadas acima, uma vez que os discentes são constantemente passíveis de sofrerem algum tipo de assédio, seja em sala de aula, nos corredores, nos refeitórios ou nas moradias estudantis, estas destinadas a estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como no caso relatado por Santos (2019a) sobre uma estudante negra que sofreu assédios na Universidade Federal de Viçosa, mais especificamente ao tentar uma vaga em um quarto na moradia estudantil. Para manter o anonimato e preservar a identidade da estudante, Santos (2019a) a nomeou como MI e, depois disso, fez a seguinte pergunta: Você foi discriminada no alojamento estudantil? Que tipo de discriminação sofreu? Em seguida, obteve a seguinte resposta:

MI: Por eu ser mulher, preta, pobre, periférica e bissexual acaba que isso acarreta muita discriminação. Eu fui discriminada no alojamento feminino por minha cor e orientação sexual. Me lembro das duas piadas mais marcantes [no alojamento estudantil feminino da UFV] e que me fizeram desistir de tentar me acostumar com o que não me fazia bem. A primeira foi: “meninas, não se troquem na frente da [M1], ela pode muito bem olhar nosso corpo e querer ele [risos]”. A outra foi: “você devia largar a universidade e limpar a casa dos outros você faz isso bem e dá muito mais dinheiro”, sofreu aquilo que se chama de racismo, bifobia e machismo (SANTOS, 2019a, p. 228)

Semelhante aos dados produzidos por Santos (2019a; 2019b), a pesquisa de mestrado realizada por Beatriz Gomes Cornélio (2020) teve como objetivo conhecer vivências de estudantes cotistas negros ingressos na Universidade Federal de Viçosa, bem como investigar suas percepções sobre as questões raciais. Uma de suas entrevistadas

para a pesquisa citou o assédio como uma das dificuldades enfrentadas pelas estudantes negras na sala de aula. Ela relata:

Já teve uma disciplina que a gente fez, **fomos assediadas pelo professor**. E a gente chegou a falar com um outro professor, mas **a gente tinha que levar na brincadeira também**. Porque tem esse espaço acadêmico também e a gente sabe e viu muitas vezes o que acontecia, **a gente era só aluna** e às vezes as pessoas falavam: “não, esse professor é assim mesmo, isso é uma brincadeira dele”. Mas a gente sabia que não, que estávamos sendo assediadas e passamos um semestre inteiro nessa “brincadeira”, relevando alguns comentários maldosos. Como dizia uma amiga minha **“a gente precisa de nota, de passar”**. Então a gente cortava de uma forma sutil, que não ficasse tão visível pra ele. (CORNÉLIO, 2020, p. 75, grifos nossos)

Cornélio (2020) pergunta a essa entrevistada quais eram as características das meninas que sofriam assédio em sala de aula e obtém a seguinte resposta:

Éramos cinco, sempre andávamos em grupo desde o início da graduação. [...]. Mas nessa disciplina específica estavam eu, a “A” e a “B”. “A”, como ela se intitula, é a perua do curso. Ela é uma mulher negra que criou uma consciência agora e ela começou a perceber muitas das questões raciais e ela relevava muita coisa e eu acho que nessa disciplina foi o auge de todas as questões pra gente. O professor ficar olhando... a gente não podia ir com roupa decotada que o professor ficava olhando. O professor passava e colocava a mão no ombro da gente e começava a alisar... Final da aula o professor chamava a gente pra conversar, mas como diz ele: **“eu só quero fazer uma brincadeira”**, que era pra se insinuar... Então fomos nós três passando por isso assim e foi uma situação bem complicada. (CORNÉLIO, 2020, p. 74)

Em suas análises, Cornélio (2020, p. 76) traz para a discussão as relações hierárquicas estabelecidas entre os professores e as alunas, sendo que tais relações “forçam as estudantes a relevarem o assédio sofrido e até mesmo vigiar suas roupas perante o comportamento opressivo do professor”. Segundo Cornélio (2020), corpos de mulheres negras estão submetidos à opressão de cor, gênero e, no caso das mulheres LGBT, também à sexualidade.

Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1996), as instituições acadêmicas não são espaços imparciais. Existe uma parcialidade no que tange à reprodução de valores culturais dominantes em uma determinada sociedade. Diante dessa perspectiva, ser estudante negra e conviver com um relacionamento abusivo pode acarretar inúmeros desfechos para o rumo da vida dessas mulheres, entre os quais cabe citar o mau desempenho nas disciplinas cursadas, o que pode levar ao abandono do curso e problemas de saúde decorrentes das violências sofridas e, conseqüentemente, ao desenvolvimento

de patologias mentais como depressão, ansiedade e outros transtornos – situações essas que podem culminar no suicídio, se não houver uma rede de apoio que atenda essas mulheres.

PARA CONTINUARMOS OS DIÁLOGOS

Após as contribuições dos autores citados, é perceptível o quão importante é o estudo sobre essa temática. De início, percebemos a escassez de discussões a respeito e, nesse sentido, este artigo visa contribuir para preencher essa lacuna, discutindo como as dimensões do assédio, do racismo e do sexismo interpelam estudantes negras nas universidades. Até o momento, temos buscado por meio de revisão bibliográfica trabalhos que abordem as categorias “assédio”, “violências”, “estudantes negras universitárias”, “abusos”, “racismo” e “sexismo”. Encontramos três trabalhos desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Viçosa com o foco nas violências vivenciadas por estudantes universitárias: o trabalho de conclusão de curso de Tayná Nascimento (2019), cujo título é “O Assédio moral e sexual no ambiente universitário”; a pesquisa desenvolvida pelo cientista social Sales Augusto dos Santos (2019a), e a dissertação da Beatriz Cornélio, intitulada “Percepções e vivências de cotistas negras e negros na Universidade Federal de Viçosa: Será que esse espaço é pra mim?”. A pesquisa de Tayná teve por objetivo realizar um estudo documental acerca do assédio moral e sexual dentro do ambiente acadêmico, especificamente no campus da Universidade Federal de Viçosa. Nascimento (2019) constatou em sua pesquisa o fato de as mulheres serem o maior número de vítimas de assédio no ambiente acadêmico, pelo fato de estarem frente a uma sociedade machista e de que a objetivação da mulher, sendo aluna, ainda se encontra naturalizada.

O trabalho de Sales Augusto dos Santos (2019a) teve por objetivo analisar a incidência de racismo e sexismo em estudantes do campus da Universidade Federal de Viçosa. Em seus resultados, Santos (2019a; 2019b) aponta que as universidades não estão livres desses tipos de violências, que podem causar sérios problemas psicológicos. O autor ressalta também a questão do estupro, observando que esse tipo de violência não é fácil de ser diagnosticado. Por fim, Santos (2019a) defende que as pessoas deveriam saber como proceder diante de situações como racismo, sexismo e estupro, de modo a não provocar ainda mais frustrações, principalmente em relação às mulheres. Embora

dialoguem sobre assédio, os dois trabalhos mencionados não exploram de modo específico os abusos vivenciados por estudantes negras, a partir do recorte interseccional de gênero e raça.

Já a dissertação da Beatriz Cornélio, objetivou em apresentar vivências de estudantes cotistas negras ingressos na Universidade Federal de Viçosa, cujas experiências são atravessadas pelo fator racial e mobilizam para elaboração de estratégias para estarem e permanecerem no ambiente universitário.

Também tem sido feito um mapeamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de pesquisas de mestrado e doutorado que abordam o assédio direcionado às estudantes negras nas instituições de Ensino Superior. Até então, dentre um total de 15.000 trabalhos, foi encontrado somente o estudo de Daiane Silva (2016), cujo título é “Gênero, Raça e Classe: Discursos de Mulheres Negras Acadêmicas e Mulheres Negras Comunitárias”, mas que não trata exclusivamente de estudantes negras universitárias. Seguiremos com a pesquisa no intuito desvelar o racismo, o sexismo e suas nuances no espaço acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e estudos despertados no desenvolvimento desse artigo foram de suma importância para nossa bagagem de conhecimentos e nos incentivaram a aprofundar ainda mais nessa temática. Ao decorrer das ponderações dos autores estudados, tornou-se ainda mais evidente para nós o quanto essa temática é importante e válida, tendo em vista a sociedade patriarcal, racista e sexista em que vivemos. Como mulheres negras, estamos sempre à mercê de sofrer esses tipos de violências, nos encontramos em uma constante luta e resistência, em busca de lugar de fala, representatividade e direitos igualitários como todos os cidadãos.

Diante do que foi abordado no presente estudo, cabe ressaltar a importância de se debater sobre a temática de estudantes negras nas instituições de ensino superior, visto que o atual cenário político, social e cultural em que vivemos, notavelmente patriarcal, racista e sexista, prejudica não só o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade, mas também a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, a representatividade de estudantes negras tem se tornado um importante movimento, uma

vez que a resistência e a luta pela busca de direitos iguais na sociedade são um dos principais caminhos que podem levar a uma sociedade justa e equânime.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03/11/2021.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 03/11/2021.

BRASIL. **Crime de Perseguição**. Lei 14.132/2021. Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14132.htm. Acesso em: 03/11/2021.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CORNELIO, Beatriz Gomes. **Estar e permanecer na universidade: uma análise investigativa das estratégias de permanência de estudantes cotistas do curso de Pedagogia da UFV. “Será que esse espaço é para mim?”** 2020. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020. Disponível em: <http://www.poseducacao.ufv.br/wp-content/uploads/2012/02/BEATRIZ-GOMES-CORN%20C3%89LIO.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

FRANÇA, Carmem Lúcia Bezerra de; EUCLIDES, Maria Simone. Vidas marias, mulheres camponesas no curso superior de licenciatura em educação do campo: enfrentamentos e re (existências). **Cadernos Cajuína**, v. 5, n. 3, set. 2020. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/download/422/307>. Acesso em: 26 jul. 2021.

HOOKS, Bell. Mulheres negras e feminismo. *In: Não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Tradução livre para a Plataforma Gueto. 1. ed. 2014. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnx1bWFsZWl0b3JhbmVncmF8Z3g6NTNlYWU3Y2QwY2ZkNDBhMA>. Acesso em: 13 ago. 2021

INSTITUTO AVON. **“Violência contra a mulher no ambiente universitário”**. 2015. Disponível em: https://assets-institucional-igp.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf. Acesso em: 16 jul. 2021.

LADEIRA, Priscila Daniele. **Histórias cruzadas: tramas de vida de estudantes negras graduandas da Universidade Federal de Viçosa**. 2019. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: <http://www.poseducacao.ufv.br/wp-content/uploads/2012/02/PRISCILA-DANIELE-LADEIRA.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

NASCIMENTO, Tayná Miranda. **O assédio moral e sexual no ambiente acadêmico**, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, 2019.

PAIVA, Talita Teixeira de; CAMPOS, Ana Paula da Silva. As mulheres negras e o enfrentamento ao racismo no Brasil: elementos introdutórios. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 16, 2018, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22329>. Acesso em: 27 jul. 2021.

RABELO, Juliana, GUIMARÃES, Paula. Professor da UDESC é condenado a pena máxima em processo que envolve 8 alunas. **Portal Catarinas**, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://catarinhas.info/professor-da-udesc-e-condenado-a-pena-maxima-em-processo-que-envolve-8-alunas/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ROSA, Aline; BASSAN, Gabriella; PITANGA, Artur. **Relacionamentos abusivos: na perspectiva da análise do comportamento**. 2019. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Anápolis, Anápolis, 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/11411/1/RELACIONAMENTOS%20ABUSIVOS%20-NA%20PERSPECTIVA%20DA%20AN%C3%81LISE%20DO%20COMPORTAMENTO.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Ana Pereira dos. **Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma delegacia**. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/6798>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Gênero, orientação sexual, raça e classe: violências contra estudantes no campus de uma universidade federal**. 1. ed. Jundiaí: Paco, 2019a.

SANTOS, Sales Augusto dos. Violências contra estudantes no campus de uma universidade federal brasileira. **Gênero & Direito**, [S. l.], v. 8, n. 5, 2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/48614>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SILVA, Daiane Severo da. **Gênero, raça e classe: discursos de mulheres negras acadêmicas e mulheres negras comunitárias**. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5179/DAIANE%20SEVERO%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SOUSA, Kíssia Wendy Silva de, SOARES, Maria de Lourdes. Racismo e opressões contra a mulher: um olhar sobre as mulheres negras no Brasil. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 9, 2019, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em :

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1474_14745cc9faa0195bc.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

TRINDADE, Vitória Etges Becker. Lei maria da penha: violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito da polícia judiciária. *In*: Seminário nacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 12, 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14576>. Acesso em: 26 jul. 2021.